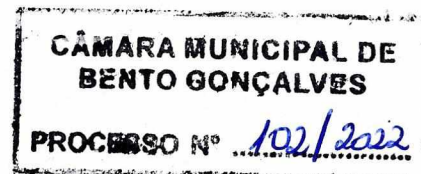




Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

02/6
Câmara Municipal de
Bento Gonçalves
RECEBIDO EM:
14/06/2022
ÀS 14:45 Horas
Ass.: *flm*

Ao Plenário
Câmara Municipal de Bento Gonçalves



Senhores vereadores:

O Vereador EDSON ROGÉRIO BIASI, abaixo firmado, vem a presença de Vossa Excelência encaminhar para apreciação e deliberação pelo Plenário desta Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que **“DISPÕE SOBRE A MANIPULAÇÃO E/OU TRANSFORMAÇÃO ARTESANAL DE CARNES POR AÇOUGUES, CASAS DE CARNES, ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES IN NATURA E /OU TRANSFORMADAS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES.**

Sala das Sessões, “Fernando Ferrari”, aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois.

Em m
Vereador **EDSON ROGÉRIO BIASI**
PROGRESSISTAS



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

Departamento Legislativo - 15 jun 2022 09:12
03

PROJETO DE LEI Nº 75, DE 14 DE JUNHO DE 2022.

**“DISPÕE SOBRE A
MANIPULAÇÃO E/OU
TRANSFORMAÇÃO ARTESANAL
DE CARNES POR AÇOGUES,
CASAS DE CARNES
ESTABELECIMENTOS DE
COMÉRCIO VAREJISTA DE
CARNES IN NATURA E/OU
TRANSFORMADOS NO
MUNICÍPIO DE BENTO DE
BENTO GONÇALVES.**

DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,

Faço saber que a Câmara Municipal de Bento Gonçalves aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece sobre a manipulação e/ou transformação artesanal de carnes por açougues, casas de carnes, estabelecimentos de comércio varejista de carnes in natura e/ou transformadas no Município de Bento Gonçalves.

Art. 2º Considera-se o açougue, casa de carnes e estabelecimentos de comércio varejista de carnes in natura o estabelecimento dotado de instalações completas e equipamentos adequados para desossa, manipulação, transformação artesanal e comercialização no balcão para o consumidor final.

Parágrafo único - As instalações de que trata o caput deste artigo deverão ser compatíveis com o volume diário de produção.



Art. 3º A produção oriunda dos estabelecimentos de que trata este Lei deverá contemplar a capacidade de comercialização de produtos no horário de funcionamento diário da empresa.

Art. 4º Para efeitos desta Lei, entende-se por transformação artesanal/manipulação o processo de transformação de carne resfriada, caracterizado por ausência de linha de produção, sem a utilização de aditivos ou substâncias que tenham por objetivo aumentar o tempo de comercialização.

Parágrafo único – Somente será permitida a abertura de embalagens de aves e seus miúdos, para a manipulação artesanal, conforme previsto no caput deste artigo.

Art. 5º São considerados produtos de manipulação e/ou transformação artesanal:

I – almôndegas e hambúrgueres;

II – carnes temperadas;

III – carnes recheadas ;

IV – quibes;

V – biifes enrolados;

VI – bifos empanados ;

VII – miúdos temperados;

VIII - carne moída; e

IX – carne in natura e miúdos de qualquer espécie que tenham sofrido qualquer manipulação ou transformação.

§1º Não são permitidos para a manipulação artesanal os espetinhos, as carnes defumadas, salgadas e dessecadas e os embutidos.



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

056
Departamento Legislativo - 15 jun 2022 09:12

§ 2º É proibido o congelamento do produto manipulado/artesanal.

Art.6º Somente podem ser adicionados como ingredientes aos produtos cárneos artesanais sal (cloreto de sódio), açúcar, vinagre, leite, ovos integrais desidratados, condimentos puros de origem vegetal e corantes naturais.

§1º Não é permitido o uso de ovos e de leite in natura para a manipulação artesanal.

§2º São permitidos corantes de origem vegetal tais como açafrão (*crocus sativus* L), cúrcuma (*cúrcuma longa* L. e *Cúrcuma tinctoria*), cenoura (*Daucus carota* L.), urucum (*Bixa orellana*), entre outros.

§ 3º Podem ser utilizados condimentos tais como alho, canel, cebola, cravo, cominho, coentro, gengibre, louro, manjerona, menta, noz moscada, pimentas (preta, branca, vermelha, caiana, malagueta, pimentão), páprica, salva(sálvia), tomilho, hortelã, entre outros.

Art.7º Na fabricação de produtos de transformação artesanal. É proibida a utilização de carne mecanicamente separada (CMS), sal de cura (nitrito e nitrato) e proteína não cárnica.

Art.8º Todos os produtos de origem animal devem ser procedentes de estabelecimentos registrados no órgão competente da Agricultura, não sendo permitido o descongelamento de cortes congelados ou o congelamento de cortes resfriados, nem o abate de animais.

Art.9 Todos os produtos derivados do processo de transformação artesanal devem ser acondicionados em equipamentos de frio, com temperatura de 0 a 4°C, imediatamente após seu preparo, para exposição e venda a granel.

Art.10 O estabelecimento, para fins de fiscalização, deverá ter no local um responsável com curso de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos Vigente, que poderá ser o prioritário ou um funcionário registrado.



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

06/10

Art.11 Os açougues, casas de carnes e estabelecimentos de comércio varejista de carnes in natura e/ou transformadas deverão satisfazer as condições básicas comuns como seguem:

I – As paredes e separação devem ser revestidas ou impermeabilizadas e construídas para facilitar a higienização;

II – Os pisos devem ser impermeabilizados com material resistente e de fácil higienização, construídos de forma a facilitar a coleta das águas residuais e a sua drenagem com declive de no mínimo 2 centímetros.

III – As janelas, portas e demais aberturas devem ser construídas e protegidas de forma a prevenir a entrada de vetores e pragas e evitar o acúmulo de sujidades;

IV – Os ralos devem ser de fácil higienização e sifonados;

V – Deve haver luz natural ou artificial e ventilação adequada em todas as dependências ;

VI – As superfícies em contato com alimentos devem ser lisas, íntegras, impermeáveis, resistentes à corrosão, de fácil higienização e de material não contaminante, vedado o uso de materiais em madeira;

VII – Equipamentos, utensílios, bancadas e demais superfícies que entrem em contato com os alimentos devem ser lavadas e desinfetadas a fim de prevenir a contaminação cruzada;

VIII – Os coletores de resíduos devem ser tampas de acionamento não manual e ser em número adequado, de acordo com a capacidade de processamento do estabelecimento; e

IX – O fluxo de processamento deve ser ordenado, de maneira a evitar a contaminação cruzada do produto.

§ 1º É vedada a comunicação direta das dependências e locais onde se encontram alimentos com sanitários e locais de moradia.

§ 2º Deve ser instalado ao lado do local de produção lavatório para higienização das mãos, provido de sabão antisséptico líquido e de tubulações



devidamente sifonadas que levem as águas residuais aos condutos de escoamento.

§ 3º Não é permitido o uso de toalhas de tecido.

§ 4º Havendo a utilização de toalhas de papel, deverá haver, em número suficiente, porta- toalhas e recipientes coletores com tampa de acionamento não manual.

§ 5º É proibida a deposição de aventais sobre mesas, equipamentos e outros, bem como a circulação dos funcionários, portando aventais, em sanitários.

§ 6º Aventais e vestimentas devem ser de uso diário.

Art.12 Os equipamentos destinados ao processo de transformação artesanal devem ser de uso exclusivo para tal fim, estar em bom estado de conservação, sem sinais de avarias ou oxidação, sendo proibido o uso de materiais em madeira.

Art. 13 Além das demais disposições já constantes e aplicáveis nesta Lei, os açougues, casa de carnes e estabelecimentos de comércio varejista de carnes in natura e/ou transformadas devem possuir:

I – Ganchos de material inoxidável, inócuo e intacto para sustentar a carne quando utilizados na desossa, bem como no acondicionamento em equipamentos de frio ou balcões frigoríficos; e

II – Balcões frigoríficos providos de portas apropriadas mantidas obrigatoriamente fechadas.

Art. 14 É proibido nos açougues, casas de carnes e estabelecimentos de comércio varejista de carnes in natura e/ou transformadas:

I – O uso de machadinha;

II - O abate de animais;

III – A permanência de carnes na barra além do tempo mínimo necessário para proceder à desossa; e

IV – A venda de carnes exóticas, suínas, bovinas, bubalinas, ovinas, pescados, aves e derivados que não tenham sido provenientes de



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

Departamento Legislativo - 15 jun 2022 09:13

estabelecimentos submetidos à inspeção pela autoridade sanitária competente, sob pena de apreensão e multa.

Art.15 Somente poderá exercer a atividade de transformação artesanal o estabelecimento que estiver com seu Alvará Sanitário regular, o qual deverá ser exposto em local visível e de fácil acesso ao consumidor.

Parágrafo único. Deverão ser interrompidos os procedimentos de transformação caso o alvará de que trata o caput deste artigo estiver com o prazo de validade expirado sem ter sido encaminhada a sua renovação, sob pena de lavratura de auto de infração.

Art.16 A autoridade sanitária poderá, a qualquer momento, interromper o processo de transformação, quando as condições de autorização não estiverem sendo observadas no local.

Art. 17 O descumprimento do disposto nesta Lei ensejará a autuação do estabelecimento e a apreensão e inutilização das carnes preparadas, transformadas e/ou temperadas e, em caso de reincidência, a interdição do estabelecimento, sem prejuízo das demais penalidades fixadas na legislação municipal, estadual e federal pertinente.

Art.18 Por se tratar de produção artesanal, e em volumes compatíveis com a comercialização do dia, a fiscalização deverá adotar o sistema de dupla visita, sendo a primeira visita, obrigatoriamente, orientativa.

§ 1º A inobservância do crédito de dupla visita implicará nulidade do auto de infração lavrado em descumprimento ao disposto neste artigo.

§ 2º Não será aplicado o disposto no caput deste artigo quando houver fundada suspeita de existência de produtos adulterados, falsificados ou impróprios para o consumo, uso ou comercialização nos termos desta lei.

Art.19 Os estabelecimentos que já se encontrarem instalados e funcionando à data da publicação desta Lei e que não puderem atender integralmente às suas disposições serão avaliados de forma a melhor se adequarem às disposições da legislação sanitária vigente, tendo a chefia do



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

departamento de vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde autonomia para sugerir a melhor solução objetivando minimizar os riscos à saúde e preservar a saúde da população .

Art . 20 A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração e a condição econômica do infrator nos termos da Lei Federal nº6437, de 20 de agosto de 1977, será aplicada mediante procedimento administrativo.

Art. 21 As inspeções para desinterdição somente serão realizadas mediante protocolo de requerimento de desinterdição no departamento de vigilância Sanitária Municipal constando declaração da empresa de que todas as irregularidades apontadas no auto de interdição foram sanadas.

Art. 22 O poder Executivo editará os atos necessários com vistas à regulamentação do disposto nesta lei..

Art. 23. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. .24 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES,
aos quatorze dias de junho de dois mil e vinte e dois.

DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA
Prefeito Municipal